

Sarney: Soluções só com os políticos

11 DEZ 1982

DO BRAZILIANO

“Nenhum problema neste País será resolvido, a partir de agora, sem antes passar pela área política” — a afirmação é do presidente do PDS, senador José Sarney, ao defender maior participação da classe política nas decisões nacionais. Referindo-se à crise econômica, o dirigente pedessista advertiu que, ao eleger os governadores de vários estados, as oposições também passam a ter responsabilidades em relação aos problemas brasileiros, “que já não poderão ser resolvidos por meras decisões unilaterais”.

Na opinião do senador maranhense, os resultados de novembro proporcionaram um equilíbrio das forças políticas nacionais, redistribuindo as responsabilidades entre o Governo e as Oposições: “Se o eleitorado tivesse dado maioria esmagadora a qualquer um dos dois lados, haveria uma natural sedução à tomada de decisões unilaterais. Já em um quadro de equilíbrio, todos os proble-

mas serão levados, forçosamente, à mesa de negociações político-partidárias”.

Esse entendimento político, segundo o presidente pedessista, não depende de decisões formais, mas de uma atitude de maturidade por parte dos líderes políticos e dirigentes partidários. E justamente com o objetivo de criar este clima que, como enfatizou, vem procurando representantes de todos os partidos para conversar sobre assuntos de interesse nacional.

Embora reconhecendo a gravidade da crise econômica, Sarney chamou a atenção para o fato de que a posição brasileira enquadra-se em toda uma conjuntura internacional de dificuldades. Neste campo, a seu ver, o endividamento externo teria sido até benéfico porque possibilitou a execução de obras desenvolvimentistas que hoje já não seria possível realizar.

“O Brasil é, hoje, a oitava economia mundial, e é natural que receba os impactos de uma

crise que se estende a todo o planeta. De qualquer forma, estamos otimistas porque há pouco enfrentávamos duas crises: a econômica e a institucional. Já saímos da última e estamos sobrevivendo à primeira”.

A própria ida do Brasil ao FMI é encarada com naturalidade pelo senador, ao lembrar que diversos países, como a Inglaterra e o Canadá, já recorreram ao órgão. Fez questão de frisar, porém, que o Governo não fará nenhum acordo que comprometa a soberania nacional, referindo-se especificamente às notícias de que a lei salarial seria alterada por exigência do FMI.

Ainda sobre as conseqüências da crise econômica, o presidente do PDS negou a iminência de qualquer reforma ministerial: “Não tenho conhecimento de nada disso e, pelo contrário, o que tenho ouvido do próprio presidente Figueiredo são elogios à política econômica desenvolvida pelos seus ministros”.